



**MPV 869**  
**00064**

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

EMENDA Nº - CMMPV869  
(À Medida Provisória 869, de 2018)

Emenda supressiva

Suprima-se o inciso III, §1º do art. 26 da Lei nº 13.709, de 2018 conforme redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória nº 869, de 27 de dezembro de 2018.

### JUSTIFICAÇÃO

De acordo com a nova redação do inciso III, §1º do art. 26 da Lei de Dados Pessoais, dada pela Medida Provisória 869, a mera indicação a respeito de um encarregado pelas operações de tratamento já seria suficiente para que houvesse compartilhamento de informações entre instituições públicas e privadas, independentemente de comunicação ao titular. Tal mudança é incoerente com o propósito do artigo e da própria Lei, que já considera a indicação de um encarregado como **pressuposto de todo e qualquer tratamento de dados**. Sua indicação, portanto, sempre deve acontecer, não podendo ser considerada individualmente como hipótese para o compartilhamento de dados. Tal ação, para ser legal, deve respeitar os demais aspectos previstos no Artigo 26 da lei.

Dizer que apenas a indicação de um encarregado já basta para o compartilhamento de dados é o mesmo que dizer que qualquer dado da administração pública poderá ser compartilhado, uma vez que o art. 23, III, que dispõe sobre as regras necessárias ao tratamento de dados pelo poder público, já prevê a necessidade de indicação de encarregado pelo tratamento em todos os casos.

Trata-se, assim, de um inciso despropositado, que cria uma exceção abrangente a todos os casos existentes de tratamento de dados, o que no limite vai contra a lógica do próprio artigo em que está inserido.

Por essas razões, peço apoio aos eminentes pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Comissões,

**Senador HUMBERTO COSTA**



SF/19070.26840-83